



GEOGRAFIA, VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E SAÚDE - REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) DO RIO JANEIRO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Isabel Helena do Ramos Maranhão¹
Romero de Albuquerque Maranhão²

Projeto de Pesquisa (levantamento de dados e referências)

RESUMO

Questões relacionadas com a violência urbana afetam diretamente as condições de saúde da população, produzindo distúrbios mentais como o medo e a loucura, desigualdades sócio-espaciais, inutilização dos espaços públicos de lazer e em determinadas situações a morte. O objetivo deste trabalho, a partir de uma revisão bibliográfica, é refletir sobre a ação da Secretaria de Segurança Pública em criar as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), especialmente distribuídas na cidade do Rio de Janeiro, e sua possível conexão com a atenuação da violência urbana, bem como na saúde da população. Conclui-se que as Unidades de Polícia Pacificadora, ainda em estágio de implantação e adequação, geram um sentimento de segurança, conforto e bem-estar para a população, haja vista a redução no número de crimes e delitos entre os anos de 2009 e 2010.

Palavras-chave: Saúde; Violência urbana; UPP

INTRODUÇÃO

Na Geografia encontramos uma crescente produção científica sobre a violência e crime urbano, porém ainda pequena em razão da magnitude do problema. Fica evidente que a preocupação da Geografia enquanto ciência esteja no entender dos processos que possam levar a geração de algum tipo de violência, mas não especificamente na violência propriamente dita, sendo que atualmente o assunto começa a despertar o interesse de geógrafos pelo país, aumentando as pesquisas e publicações com a preocupação de refletir sobre as suas causas e a sua distribuição no espaço e no território, bem como suas conseqüências sobre a população.

Violência³ sempre existiu em todas as sociedades e em todos os tempos como forma de resolver conflitos entre pessoas, na família, na comunidade e

¹ - Bióloga e Especialista em Análises Clínicas. ram060973@gmail.com

² - Biólogo e Mestre em Geografia - UFPA, exercendo função de Gestor Ambiental na Marinha do Brasil, e aluno especial do Programa de Doutorado na USP, romeroalbuquerque@bol.com.br

³ - Existam dificuldades para definir o que se nomeia como violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser colocados: noção de coerção ou força; dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. Concorda-se, neste trabalho, com a noção de que "há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais" (MICHAUD, 1989). Ainda podemos tomar como definição de violência a idéia de Pinheiro & Almeida (2003): "A violência é exagerada, arrebatadora. A força é comedida. Não é possível viver abdicando do uso da força, mas é necessário saber a diferença



entre os países. Nos últimos anos, no entanto, convive-se com as formas tradicionais de violência e as novas, para as quais ainda há certa perplexidade (FERREIRA & PENNA, 2005).

As áreas de habitações subnormais são as mais desfavorecidas em todos os aspectos, sendo as mesmas, simultaneamente submetidas a níveis altos de riscos ambientais (pela ocupação de áreas inadequadas, motivadas pela exclusão do mercado imobiliário e habitacional), insalubridade ambiental (motivado pelo baixo interesse dos poderes públicos em investimentos infra-estruturares nesta área) e pelos altos índices de exposição à violência urbana (provocado pela exclusão social, e pelas dificuldades na luta pela sobrevivência). Ou seja, nas comunidades carentes em virtude da violência há uma maior probabilidade de riscos à saúde.

Questões relacionadas com a violência urbana afetam diretamente as condições de saúde⁴ da população, produzindo distúrbios mentais como o medo e a loucura, desigualdades sócio-espaciais, inutilização dos espaços públicos de lazer e em determinadas situações a morte.

O estudo publicado por Waiselfisz (2010), intitulado “Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil” apresenta dados que revelam como a violência está atrelada a fatores que induzem à piora das condições de saúde da população.

De acordo com Waiselfisz (1998), nem toda, nem a maior parte das violências cotidianas acabam em morte; mas a morte representa o grau extremo da violência que a relação entre os seres humanos pode atingir. Da mesma forma que as taxas de mortalidade infantil não só refletem a quantidade de crianças que estão morrendo, mas também nos dão boa idéia da infra-estrutura de atendimento infantil, das epidemias, das condições de higiene e de saneamento básico, dos mecanismos culturais, políticos e sociais de tratamento das crianças etc., as taxas de mortalidade juvenil, e especificamente as atribuíveis a causas violentas, indicam também os diversos modos de sociabilidade e as circunstâncias políticas e econômicas que exprimem mecanismos específicos de negação da cidadania.

que existe entre ela e a violência. O uso da força é prudente – dentro, claro de seus limites. Já a violência é a “força cega”, que não enxerga as conseqüências de seus atos.”.

⁴ - A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença (WHO, 1946).

Para Ferreira & Penna (2005), a violência nas cidades não se resume a uma questão quantitativa pelo número de pessoas atingidas - é a abrangência e a complexidade do fenômeno, na atualidade, o que mais preocupa. É a nova faceta da criminalidade ligada ao crime organizado que gera insegurança e pânico nos cidadãos, interfere no território e se torna um poder paralelo ao do Estado.

Estudos como os de Santos *et al.* (1996); Cano (1997); Beato *et al.* (2001); Cardia & Schiffer (2002); Carvalho (2008), demonstram que para as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Londrina respectivamente, os riscos de violência estão mais concentrados em áreas de baixo poder aquisitivo e, como pode se observar, expostas à riscos ambientais, carência de infra-estrutura (água e esgoto) e de “facilidades” urbanas.

As justificativas para o estudo da violência urbana estão expostas nas primeiras páginas dos jornais, revistas e noticiários (figura 1). Estão presentes no expressivo número de seguranças privados, que já ultrapassa o contingente policial. Ou ainda, por trás da crescente indústria de blindagem de automóveis, na maneira reticente e esquiva com a qual convivemos nos espaços públicos, e na fortificação das nossas residências (DINIZ & RIBEIRO, 2005).



Figura 1: Bombeiros combatem o fogo em carro incendiado em avenida no centro da cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de novembro de 2010. Fonte: Revista Isto É (Edição 2142 - 26/11/2010).

Além de desencadear vultosos impactos econômicos, sociais e culturais, a violência urbana tem operado como um importante agente de transformação e reorganização geográfica, modificando o espaço e seus significados (DINIZ & RIBEIRO, 2005).



O tratamento espacial da violência urbana diferencia-se das abordagens sociológicas e psicológicas por deslocar a análise dos criminosos para os delitos propriamente ditos, explorando o contexto no qual a violência ocorre, e identificando padrões espaciais e temporais associados a modalidades de delito específicas (BEATO, 1998).

Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a ação da Secretaria de Segurança Pública em criar as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), espacialmente distribuídas na cidade do Rio de Janeiro, e sua possível conexão com a atenuação da violência urbana, bem como na saúde da população. Pois, em 2007, 56,1% da população do Rio de Janeiro não confiava na Polícia Militar, 36% confiava em parte e somente 6,9% confiava totalmente. Com relação à Polícia Civil, os números também indicavam desconfiança por 42,9% dos pesquisados e somente 9,2% da população confiava totalmente (DUARTE, 2008).

Além disso, as doenças mentais são o grande fator para a redução da qualidade de vida e uma das sequelas da violência urbana, conforme revelado pelo Laboratório Integrado de Pesquisa sobre o Stress, no Rio de Janeiro. “A saúde mental passou a ocupar um papel relevante na qualidade de vida da população” (COUTINHO, 2009).

Com isso, buscar-se-á com este trabalho, relacionar a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), com a redução dos índices de insegurança por parte da população e dos indicadores de violência.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, uma vez que a violência urbana ainda carece de formulações teóricas precisas, o que, naturalmente, dificulta a formulação de hipóteses específicas. Quanto aos fins, esta pesquisa se classifica como pesquisa descritiva.

Na visão de Vergara (2000) a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.



Gil (1991) adiciona que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Cita ainda a existência de pesquisas que, "embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias".

Quanto aos meios utilizou-se da pesquisa bibliográfica a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como jornais, livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criminalidade violenta gerou um sentimento generalizado de insegurança, conduzindo a população das grandes cidades a uma mudança de hábitos e comportamentos (DUARTE, 2008), dentre eles o medo⁵.

Com o objetivo de diminuir o poder dos criminosos e aumentar a confiança, bem como a auto-estima da população foi criada, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, subordinada ao Comando do Estado Maior, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes.

A primeira UPP instalada no Rio de Janeiro foi a da Favela Santa Marta, no dia 19 de dezembro de 2008. Em seguida, outras unidades foram instaladas na Cidade de Deus, no Batan, Pavão-Pavãozinho, Morro dos Macacos, entre outras favelas⁶. De modo geral, a implantação das UPPs tem sido apontada

⁵ - Existem diferentes formas de medo, aquele que tem uma razão de ser evidente, quando nossa vida está sendo diretamente ameaçada, e o medo como manifestação de uma doença psicológica. Neste caso, o medo não se apresenta como reação a uma ameaça real, concreta e imediata, mas é simplesmente resultado de um estado de preocupação, ansiedade, ou tensão elevado. Sente-se medo de que algo possa acontecer, ou seja, desencadeia-se um estado de pavor simplesmente baseado em uma mera hipótese (CAVALCANTE, 2011; CONCEIÇÃO, 2001).

⁶ - Desde a implantação da primeira Unidade, em 2008, até Dezembro de 2010, foram instaladas UPP em treze comunidades do Rio de Janeiro, sendo elas: Morro Santa Marta (Botafogo – Zona Sul); Cidade de Deus (Jacarepaguá – Zona Oeste), Jardim Batam (Realengo – Zona Oeste); Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme – Zona Sul); Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Copacabana e Ipanema – Zona Sul); Tabajaras e Cabritos (Copacabana – Zona Sul); Providência (Centro); Borel (Tijuca – Zona Norte); Andaraí (Andaraí – Zona Norte); Formiga (Tijuca – Zona Norte); Salgueiro (Tijuca – Zona Norte); Turano (Rio Comprido – Zona Norte); Macacos (Vila Isabel – Zona Norte).



como uma estratégia eficaz de combate ao crime organizado que, para muitos, encontra-se, agora, sob controle.

Para Silva (2010), de fato as UPP estão sendo eficazes, pois: a) constituem uma forma inovadora de repressão ao crime; b) onde estão atuando, de um modo geral elas têm apresentado bons resultados, medidos por indicadores locais razoavelmente confiáveis; c) ainda que longe de ser eliminadas, a arbitrariedade e a violência policial são menores onde as UPP estão operando; d) a presença delas tem melhorado muito significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados; e) a insistente divulgação pela mídia da atuação das UPP tem ampliado as expectativas positivas quanto à segurança a toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisam (nem querem) UPP onde vivem.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), em comunidades com UPP, a percepção da população quanto à segurança na localidade melhorou, pois 17% acha que está muito segura e 75% segura (figura 2).

Em relação à Polícia Militar a percepção da população acredita que melhorou muito para 18% dos entrevistados e para 62 % somente melhorou (figura 3). Essa percepção corrobora com o entendimento de Saporì (2011) ao afirmar que a UPP não vai acabar com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, porém, pode evitar que esse comércio seja realizado com base na coerção física e psicológica dos moradores das comunidades mais empobrecidas.

Os moradores de algumas comunidades, em que este projeto (UPP) já ocorre, percebem expressivas mudanças em seu dia-a-dia, recuperando o que parecia ser difícil: a confiança na polícia (OLIVEIRA, 2009).

Em relação aos casos de homicídios, dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP, 2010), mostram que há uma redução de uma maneira geral, a exemplo cita-se que no primeiro semestre de 2010, houve redução de 20,2% no número de vítimas de homicídio doloso em comparação com o mesmo período de 2009. Em termos de valores absolutos, foram 646 vítimas a menos, o que significou, em média, uma redução mensal 107 homicídios no período (figura 4).

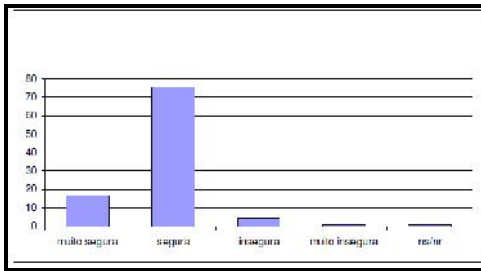


Figura 2: Percepção da comunidade em relação à segurança. Fonte: IBPS, 2010.

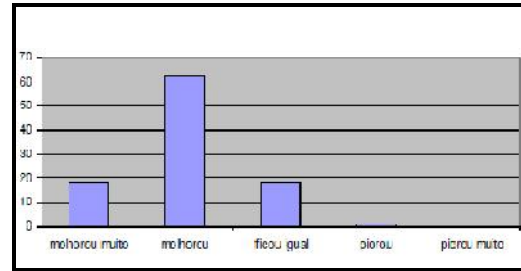


Figura 3: Percepção da população quanto à Polícia Militar. Fonte: IBPS, 2010.

Quanto à tentativa de homicídio apresentou, no primeiro semestre de 2010, uma redução de 13,6% em relação ao mesmo período de 2009, o que, em termos de valores absolutos, significa menos 325 vítimas (figura 5). Isso denotou, em média, uma redução mensal de 54 vítimas no período (ISP, 2010).

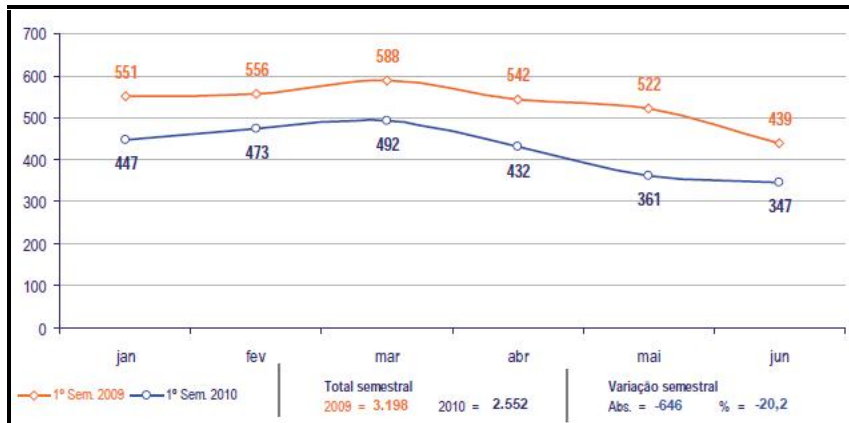


Figura 4: Comparativo entre casos de homicídios dolosos entre os 1º semestres de 2009 e 2010. Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

Em relação aos homicídios provocados por projétil de arma de fogo (PAF) tiveram redução de 485 vítimas, ou 21,1%, no primeiro semestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009. Isso significou, em média, uma redução mensal de 80 homicídios provocados por PAF no período considerado. Analisando-se o primeiro semestre de 2010, é possível perceber, pela figura 6, que todos os valores desse período ficaram abaixo daqueles observados no mesmo período do ano anterior (ISP, 2010).

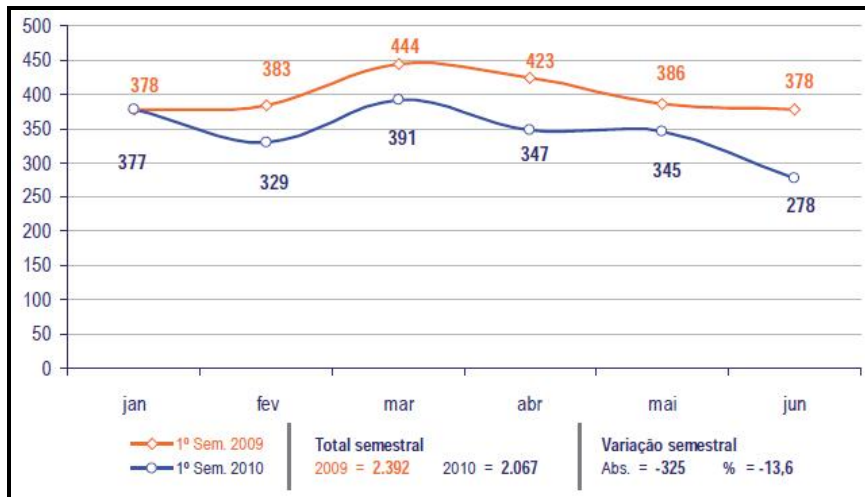


Figura 5: Comparativo entre casos de tentativa de homicídios entre os 1º semestres de 2009 e 2010. Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

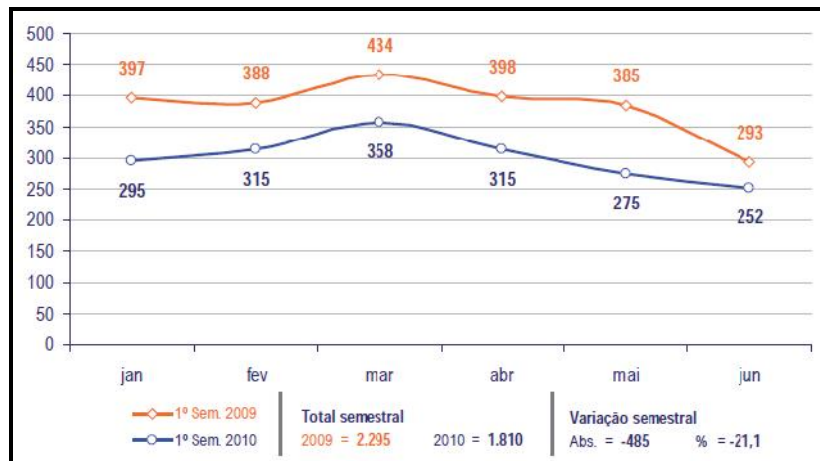


Figura 6: Comparativo entre casos de homicídios provocados por projétil de arma de fogo (PAF) entre os 1º semestres de 2009 e 2010. Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), especialmente distribuídas na cidade do Rio de Janeiro, geram um sentimento de segurança, conforto e bem-estar para a população. Por outro lado, o número de crimes e delitos demonstra que há uma redução em virtude da política de segurança adota no Estado, todavia não é possível afirmar que foram decorrentes das UPP instaladas em algumas comunidades, sendo necessário analisar melhor os dados por áreas



geográficas, mas de uma maneira geral o fato de termos números a menor em relação ao período anterior aponta que há melhoras na qualidade de vida dos moradores da cidade. Sendo necessário dar continuidade a pesquisa, ora iniciada para que possamos avaliar a eficácia e eficiência das UPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, C. **Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo 13 (37) Jun. 1998.

BEATO, C. et al. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte - Minas Gerais, de 1995 a 1999**. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública, 17 (5) - pp.1163-1171, 2001.

CANO, I. **Análise territorial de la violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ISER, 1997, p.43.

CARDIA, N. & SCHIFFER, S. **Violência e desigualdade social**. Revista Ciência e Cultura, ano 54 - no 01, pp. 25-31 S.Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CAVALCANTE, E. **A doença do medo**. 2011. Disponível em: <<http://somostodosum.ig.com.br/conteudo/conteudo.asp?id=07770>>. Acesso em: 14 de outubro de 2011.

CARVALHO, M. S. **Violência urbana: breves considerações sobre a cidade de Londrina**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (15). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-15.htm>>. Acesso em: 25 de novembro de 2010.

CONCEIÇÃO, V. S. **Fobias e pânico**. Revista Veja, ano 34, nº 7, edição 1688, 21 de fevereiro de 2001. São Paulo, Editora Abril S.A.

COUTINHO, E. F. **Saúde mental sofre com a violência urbana no Brasil**. Revista eletrônica Ciência Hoje, Portugal, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=34296&op=all>>. Acesso em: 26 de novembro de 2010.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, J. G. P. **Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 77-103, jul./dez. 2005.

DUARTE, M. S. B. (Coord.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. **Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana**. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 18, pp. 155 - 168, 2005.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 3.ed. 1991.

IBPS - Instituto Brasileiro de Pesquisa Social. **Pesquisa sobre a percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora**, 2010. Disponível em: <www.ibpsnet.com.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2010.

ISP - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Balanco das incidências criminais e administrativas no Estado do Rio de Janeiro (1º semestre de 2010)**. 2010. Disponível em: < www.isp.rj.gov.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2010.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, C. C. **Atividade policial guiada pela inteligência e parcerias comunitárias**. Monografia de conclusão do Curso Superior de Polícia Integrado da Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: 2009.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. **Violência Urbana**. São Paulo, PubliFolha, 2003.

SANTOS, S.M. et al. **Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre – RS**. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública, 17(5); pp. 1141-1151, 1996.

SAPORI, L. F. **A Segurança Pública no Brasil**. Revista Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011.

SILVA, L. A. M. **Afinal, qual é a das UPPS?** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br>>. Acesso em: 27 de novembro de 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil**. Instituto Sagari, São Paulo 2010. Disponível em: <<http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2010.

WHO - World Health Organization. **Constitution of the World Health Organization**. Basic Documents. WHO. Genebra, 1946.